

# SUMÁRIO

Notas prefaciais	9
Capítulo 1	
NORMAS CONTÁBEIS E PRINCÍPIOS DA CIÊNCIA	73
1.1 Teoria e práxis: entre a ciência e as normas	73
1.1.1 A transposição da teoria para as normas	76
1.1.2 Modelos regulatórios	77
1.2 Normas contábeis e suas fontes	79
1.2.1 A lei e sua primazia	80
1.2.2 A normatividade dos Pronunciamentos emitidos pelo CPC	82
1.2.3 As normas brasileiras de contabilidade editadas pelo CFC	83
1.2.4 Contabilidade regulatória	85
1.2.5 Normas internas da entidade	86
1.3 Princípios, postulados e convenções contábeis	87
1.3.1 Princípios	90
1.3.2 Regras	93
1.3.3 Postulados	93
1.3.4 Convenções	94
1.4 A Estrutura Conceitual básica	94
1.4.1 Princípios e regras na Estrutura Conceitual	95
1.4.2 Finalidades da Estrutura Conceitual	96
1.5 Destinatários das normas contábeis	97
1.5.1 Órgãos da entidade	97
1.5.2 Contabilistas e auditores	99
1.5.3 Destinatários das normas que estão fora da entidade	100
1.6 Normas contábeis e a falsa primazia do direito tributário	101
1.6.1 As assimetrias entre as normas	101
1.6.2 Autonomia e implicações recíprocas das normas	103
1.7 Penalidades pelo não cumprimento das normas contábeis	105

Capítulo 2	
DIREITO CONTÁBIL E HERMENÊUTICA DAS NORMAS CONTÁBEIS	107
2.1 Direito contábil	107
2.1.1 Os conceitos fundamentais do direito contábil	109
2.1.2 Estrutura das normas contábeis	111
2.1.3 Liberdade de agir	111
2.2 Hermenêutica contábil	112
2.2.1 Interpretação e aplicação de normas contábeis	113
2.2.2 Interpretação e resolução de conflito entre normas	115
2.2.3 Interpretação e eliminação de lacunas	116
2.2.4 Recusa de aplicação	117
2.2.5 Interpretação e fraude	117
2.3 Tipologia das normas contábeis	118
2.3.1 Norma proibitiva	118
2.3.2 Norma impositiva de dever	119
2.3.3 Normas permissivas e recomendações	119
2.3.4 Norma atributiva de competência	120
2.3.5 Normas penais	121
2.3.6 Normas interpretativas	121
2.4 O bem jurídico tutelado pelas normas contábeis	122
2.4.1 O componente ético das normas contábeis	123
2.5 A finalidade das normas contábeis	124
2.5.1 Representação fidedigna	126
2.5.2 Possibilidade de haver representação enganosa	127
2.6 Abordagens de interpretação das normas contábeis	128
2.6.1 Interpretação gramatical	128
2.6.2 Interpretação sistemática	129
2.6.3 Interpretação teleológica	130
2.6.4 Interpretação e conhecimento do negócio	130
2.6.5 Interpretação de cenários econômicos	131
2.7 A interpretação dos fatos	132
2.7.1 Identificação ou descoberta dos fatos	133

2.8 Julgamento profissional	134
2.8.1 Julgamentos profissionais na interpretação de normas e fatos	136
2.8.2 Julgamentos e avaliação de riscos e incertezas	137
2.8.3 Julgamento profissional e diligência devida	139
2.9 Proibição de gerenciamento do resultado	139
Capítulo 3	
O PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA SUBSTÂNCIA SOBRE A FORMA	143
3.1 Conceito e finalidade	143
3.1.1 A abrangência do mandamento	144
3.1.2 Função de bloqueio e diretriz interpretativa	145
3.2 Concretização do princípio	147
3.3 Âmbito de aplicação	149
3.3.1 Aplicação prática	151
3.3.2 Limitações	153
Capítulo 4	
RECONHECIMENTO E QUALIFICAÇÃO DE FATOS CONTÁBEIS	155
4.1 Processo contábil	155
4.1.1 Escrituração contábil	156
4.1.2 Influência de normas tributárias e outras	157
4.1.3 Integridade dos registros contábeis	158
4.2 Conceito e finalidade do reconhecimento contábil	159
4.2.1 Requisitos do reconhecimento	159
4.2.2 Existência e legitimidade dos fatos	161
4.3 Fatos contábeis sujeitos ao reconhecimento	164
4.3.1 Fatos não contabilizáveis	164
4.3.2 Fatos contábeis involuntários	165
4.3.3 Fatos contábeis derivados de fenômenos naturais	166
4.3.4 Fatos contábeis decorrentes de atos de terceiros	166
4.3.5 Fatos que não geram mutações patrimoniais	168
4.3.6 Fatos ilícitos	169

4.3.7 Fatos que não podem ser mensurados de modo confiável	170
4.4 Desreconhecimento	170
4.5 Qualificação dos fatos contábeis	171
4.5.1 Determinação da existência dos fatos	172
4.5.2 O enquadramento do fato à norma	173
4.5.3 Qualificação em caso de lacuna normativa	174
4.5.4 Qualificação e substância econômica	175
4.5.5 Qualificação e eliminação de incertezas	175
4.5.6 Qualificação e intenção	176
4.5.7 Qualificação e decisão informada	177
4.6 As circunstâncias dos fatos	177
4.6.1 O pressuposto da continuidade	179
4.6.2 Quebra de uniformidade	180
4.6.3 Os fatos nas demonstrações contábeis especiais	181
4.7 Requalificação e reclassificação	182
4.8 Reconhecimento em contas de compensação	183
4.9 Tempo do reconhecimento e regime de competência	184
4.9.1 Correlação entre receitas e despesas	186
4.9.2 Reconhecimento de eventos subsequentes	187
4.10 Prova dos fatos contábeis	188
4.10.1 Validade dos documentos internos	189
4.10.2 Prova dos fatos mediante laudos de avaliação ou certificação	189
Capítulo 5	
MENSURAÇÃO DOS FATOS CONTÁBEIS	193
5.1 Conceito e aplicação	193
5.1.1 A estrutura normativa da mensuração	194
5.1.2 Momento de fazer a mensuração	194
5.1.3 Finalidade das mensurações	195
5.1.4 Confiabilidade das mensurações	196
5.1.5 Os problemas da mensuração com base em estimativas	197
5.1.6 Mensuração nas políticas contábeis	198

5.1.7 Mensuração e dever de cuidado	199
5.2 Custo histórico	199
5.2.1 Tradição e mudança	200
5.2.2 Variabilidade	200
5.2.3 Valor presente e correção monetária	201
5.3 Valor em uso de ativos	202
5.3.1 Hipóteses de aplicação	203
5.3.2 Apuração do valor em uso	203
5.4 Equivalência patrimonial	204
5.5 Valor de cumprimento de passivos	204
5.6 Custo corrente	205
5.6.1 Hipótese de aplicação	205
5.7 Valor justo	206
5.7.1 As noções de valor justo	207
5.7.2 Confiabilidade da determinação	207
5.7.3 Valor justo no reconhecimento inicial	208
5.7.4 Hipóteses de aplicação	209
5.7.5 Abordagens ou técnicas de avaliação	210
5.7.6 Limitações	212
5.7.7 Efeito no resultado ou no patrimônio líquido	212
5.7.8 Distribuição de lucros e receitas não realizadas	213
5.7.9 Tributos sobre o lucro	214
5.8 Valor presente	214
5.8.1 Ativos e passivos sujeitos ao ajuste	216
5.8.2 Ocasão do reconhecimento	216
5.8.3 Taxas de descontos	217
5.8.4 Alocação dos juros	218
5.9 Valor recuperável	219
5.10 Valor realizável líquido	220
5.11 Valor reavaliado	221
5.12 Valor de custo atribuído	221
5.13 Base de mensuração em caso de liquidação da entidade	222

Capítulo 6	
PRINCÍPIO DA ENTIDADE	225
6.1 Conceito	225
6.1.1 Entidade contábil e entidade jurídica	225
6.1.2 A entidade que reporta	227
6.1.3 O princípio da entidade nas operações intragrupo	230
6.1.4 Filiais, sucursais e agências	232
6.1.5 Fundos de investimentos	232
6.1.6 O fim da personalidade jurídica	233
6.2 Sociedades controladas e grupos de sociedades	233
6.3 Entes sem personalidade jurídica	234
Capítulo 7	
FINALIDADES E CARACTERÍSTICAS DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	235
7.1 Informação útil como objetivo das demonstrações contábeis	235
7.1.1 Veracidade e validação	236
7.1.2 Relevância ou materialidade	237
7.1.3 Valor preditivo e valor confirmatório	239
7.2 Representação apropriada e fidedigna	239
7.2.1 Informação completa	241
7.2.2 Neutralidade	241
7.2.3 Informação com erro	242
7.3 Prudência e conservadorismo	243
7.3.1 Prudência como corolário da neutralidade	243
7.3.2 A eliminação do conservadorismo	244
7.4 Atributos qualitativos de melhoria das informações	246
7.4.1 Comparabilidade	246
7.4.2 Consistência ou uniformidade	247
7.4.3 Verificabilidade	248
7.4.4 Compreensibilidade	249
7.4.5 Tempestividade ou atualidade	250
7.4.6 Divulgação de fato relevante	251

7.4.7 Autorização ou legitimidade	252
7.5 Custo e benefício	253
Capítulo 8	
DENOMINADOR COMUM MONETÁRIO E MOEDA FUNCIONAL	255
8.1 Mensuração e denominador comum monetário	255
8.1.1 As funções da moeda	255
8.1.2 Informação em moeda nacional ou moeda estrangeira	256
8.2 Moeda funcional e moeda de apresentação	256
8.2.1 Conversão para moeda de apresentação	257
8.3 Conversão de demonstrações de entidade no exterior	258
8.4 Efeitos da inflação nas demonstrações financeiras	259
Capítulo 9	
ESTIMATIVAS CONTÁBEIS	261
9.1 Conceito e finalidade das estimativas contábeis	261
9.1.1 Critérios de estimação	262
9.2 Espécies de estimativas	263
9.2.1 Estimativas monetárias	264
9.2.2 Estimativas não monetárias	265
9.3 Estimativa confiável e melhor estimativa	266
9.3.1 Estimativa e informação fidedigna	267
9.3.2 Justificação ou idoneidade técnica	269
9.4 Evidências confiáveis	270
9.4.1 Ausência de vieses e subjetividade	271
9.4.2 Verificabilidade e atestação	272
9.5 Responsabilidades pelas estimativas	272
9.6 Divulgação de informações sobre estimativas	273

Capítulo 10	
POLÍTICAS CONTÁBEIS, MUDANÇA DE ESTIMATIVA E CORREÇÃO DE ERRO	275
10.1 Conceito e espécies de políticas contábeis	275
10.1.1 Políticas contábeis selecionadas	276
10.1.2 Finalidade e utilidade das políticas contábeis	277
10.1.3 Política contábil em caso de ausência de norma	278
10.2 Mudança de política contábil	279
10.2.1 Aplicação retrospectiva de nova política contábil	280
10.2.2 Divulgação de política contábil relevante	281
10.3 Mudança de estimativas	281
10.3.1 Revisão de estimativas	283
10.4 Retificação de erro	285
10.4.1 Erros de estimativas	285
10.4.2 Efeitos dos erros	286
10.4.3 Erros materiais e erros imateriais	286
10.4.4 Erro e reapresentação retrospectiva	287
10.4.5 Contabilização dos efeitos dos erros	288
10.5 Fraude	289
Capítulo 11	
PRINCÍPIOS PARA IDENTIFICAÇÃO DOS ATIVOS EM GERAL	291
11.1 Conceito e funções dos ativos	291
11.1.1 Aquisição e criação de ativos	292
11.1.2 Classificação dos ativos	294
11.2 Tipologia dos ativos	295
11.2.1 Ativos especiais	295
11.2.2 Ativo separável	295
11.2.3 Direito de propriedade e direito de uso	296
11.3 Requisitos para caracterização de um ativo	297
11.3.1 Ativos cuja existência é incerta	298
11.3.2 Mudança de destinação de ativos	299
11.4 Controle	300



11.4.1 Riscos inerentes ao controle	302
11.4.2 Controle e cessão gratuita de um bem	302
11.4.3 Ativos reconhecidos independentemente do controle	303
11.4.4 Controle sobre bens sob a guarda de terceiros	303
11.4.5 Recursos que não são considerados ativos	303
11.4.6 Despesas antecipadas	304
11.5 Fruição dos benefícios econômicos	305
11.5.1 Probabilidade de obtenção dos benefícios econômicos	306
11.5.2 Alteração dos benefícios econômicos esperados	307
11.5.3 Aleatoriedade dos benefícios econômicos	308
11.5.4 Benefícios econômicos de si mesma	308
11.6 Baixa	309
Capítulo 12	
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS ( <i>IMPAIRMENT LOSS</i> )	311
12.1 Conceito e objetivo	311
12.1.1 Individualização do cálculo	312
12.1.2 Campo de incidência das normas sobre imparidade	312
12.1.3 Perda do valor recuperável e perda física	313
12.1.4 Perda do valor recuperável não é depreciação adicional	314
12.1.5 Perda esperada	314
12.2 Perdas relacionadas a investimentos	315
12.2.1 Perda relacionada a ágio por rentabilidade futura	316
12.3 Contabilização da perda por desvalorização	316
12.4 Época de realização dos testes	317
12.4.1 Indicativos de desvalorização	318
12.4.2 Ativo intangível sem vida útil definida	319
12.4.3 Ativos não circulantes destinados à venda	320
12.5 Mensuração do valor recuperável	321
12.5.1 Valor justo líquido	321
12.5.2 Valor em uso	322
12.6 Ajuste da base de depreciação, e amortização	322

12.7 Relação entre perda do valor recuperável e valor residual	323
12.8 Reversão da perda por desvalorização	324
12.9 Efeitos tributários	325
12.10 Divulgação	325
Capítulo 13	
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	327
13.1 Conceito	327
13.1.1 Origem dos instrumentos financeiros	327
13.1.2 Tipologia dos instrumentos financeiros	328
13.2 Reconhecimento	329
13.3 Mensuração	331
13.4 Instrumentos derivados e contabilidade de <i>hedge</i>	331
13.4.1 Objetivo da contabilização de <i>hedge</i>	332
13.4.2 Derivativos	333
13.4.3 Bases de mensuração	334
13.4.4 Evidenciação	336
13.5 Baixa e transferência	336
13.6 Imparidade e perda esperada	337
Capítulo 14	
ESTOQUES	339
14.1 Conceito e normas aplicáveis	339
14.1.1 Finalidade ou função dos estoques	340
14.1.2 Tipologia e classificação dos estoques	340
14.1.3 Estoques de bens intangíveis	341
14.2 Modos de aquisição	342
14.2.1 Aquisição sem posse física	342
14.2.2 Importação em andamento	343
14.2.3 Adiantamento a fornecedores	343
14.2.4 Aquisição por devoluções de vendas	343
14.3 Reconhecimento	344
14.4 Formação do custo	344

14.4.1	Custo de aquisição e custo de transformação	345
14.4.2	Custos fixos e variáveis	346
14.4.3	Individualização e rateio dos custos por produto	347
14.4.4	Custos financeiros	348
14.4.5	Descontos, bonificações e abatimentos	349
14.4.6	Despesas para cumprimento de contrato com cliente	349
14.4.7	Custo de ativo transferido de outro grupo de contas	350
14.5	Bases de mensuração após o reconhecimento inicial	350
14.5.1	Valor realizável líquido e valor de mercado	351
14.5.2	Valor de reposição e valor justo	353
14.5.3	<i>Commodities</i> e minerais	354
14.5.4	Valor atribuído	355
14.6	Efeito no resultado do período	356
14.6.1	Baixa	356
14.6.2	CrITÉrios de valoraÇão em caso de baixa	357
14.6.3	Quebras e perdas	358
14.7	Permuta	360
14.8	Transferências	360
14.9	Divulgações	361
Capítulo 15		
ATIVO IMOBILIZADO		363
15.1	Conceito e normas aplicáveis	363
15.1.1	Funções e características essenciais dos ativos imobilizados	364
15.1.2	Requisitos para reconhecimento	365
15.1.3	Controle e vínculo com as atividades exploradas pela entidade	366
15.1.4	Agregação ou agrupamento	366
15.1.5	Bens decomponíveis	367
15.1.6	Bens destinados à segurança ambiental	367
15.1.7	Ativos intangíveis e <i>hardware</i>	368
15.2	Mensuração	368
15.2.1	Formação do custo de aquisição	369

15.2.2	Custo de ativo construído pela entidade	370
15.2.3	Custos de desmontagem ou restauração	370
15.2.4	Custos financeiros e valor presente	371
15.2.5	Custos de manutenção e substituição de partes ou peças	372
15.2.6	Valor inicial dos bens recebidos como subvenção e doação	374
15.2.7	Custo dos bens recebidos em permuta	374
15.2.8	Custo de bem transferido de outro grupo de contas	375
15.3	Mensuração pelo valor justo	376
15.3.1	Bens adquiridos em combinação de negócios	377
15.3.2	Aquisição de um grupo de ativos	378
15.4	Depreciação	378
15.4.1	Taxas de depreciação	379
15.4.2	Estimação da vida útil	380
15.4.3	Revisão da estimativa de vida útil	382
15.4.4	Métodos de depreciação	383
15.4.5	Início e fim da depreciação	383
15.4.6	Reparação e ociosidade	384
15.4.7	Terrenos	385
15.4.8	Bens usados	386
15.4.9	Depreciação acelerada	386
15.5	Contabilização da depreciação e da perda do valor recuperável	387
15.5.1	Valor depreciável	387
15.5.2	Valor residual	388
15.5.3	Perda do valor recuperável	389
15.6	Exaustão	389
15.7	Baixa de bens com apuração de ganhos ou perdas	390
15.7.1	Alienação	391
15.7.2	Perdas	391
15.8	Reavaliação	392
15.9	Indenizações recebidas	393
15.10	Custo atribuído ( <i>deemed cost</i> )	393
15.11	Divulgações	394

Capítulo 16	
ATIVO INTANGÍVEL	397
16.1 Conceito e características fundamentais	397
16.1.1 Qualificação	398
16.1.2 Identificação e individualização ou separabilidade	398
16.2 Reconhecimento	399
16.2.1 Controle	400
16.2.2 Fruição de benefícios futuros	400
16.2.3 Ativo intangível gerado internamente	401
16.2.4 Ativos intangíveis reconhecidos em combinação de negócios	403
16.2.5 Gastos com propaganda	405
16.2.6 Ativos intangíveis adquiridos por subvenção governamental	406
16.3 Tipologia dos ativos intangíveis	406
16.3.1 Ágio por rentabilidade futura	407
16.3.2 Direitos outorgados pelo poder público	407
16.3.3 Carteira de clientes	408
16.3.4 Acordos de não competição	409
16.3.5 Arrendamento de ativo intangível	409
16.3.6 Créditos de carbono	410
16.3.7 Criptoativos	411
16.4 Mensuração	411
16.4.1 Valor inicial de reconhecimento	411
16.4.2 Valor justo	412
16.4.3 Valor presente	413
16.4.4 Acréscimos financeiros	413
16.5 Amortização	414
16.5.1 Bens e direitos não amortizáveis	415
16.5.2 Valor amortizável	416
16.5.3 Métodos de amortização	416
16.5.4 Bens com vida útil definida	417
16.5.5 Valor residual	419
16.5.6 Contabilização da amortização	419

16.6 Perda do valor recuperável	420
16.7 Permuta de ativos	420
16.8 Divulgações	421
Capítulo 17	
ATIVOS BIOLÓGICOS E PRODUTOS AGRÍCOLAS	423
17.1 Normas aplicáveis	423
17.1.1 Conceito de ativo biológico	424
17.1.2 Classificação dos ativos biológicos	424
17.1.3 Importância da colheita	425
17.2 Reconhecimento	425
17.3 Mensuração	426
17.3.1 Valor justo	427
17.3.2 Valor de custo	428
17.3.3 Plantas portadoras	428
17.3.4 Produtos agrícolas	429
17.3.5 Estoque de ativos biológicos	430
17.4 Depreciação e perda do valor recuperável	430
17.4.1 Início e fim da depreciação	431
17.4.2 Perda e reversão do valor recuperável	432
17.5 Exaustão	432
17.6 Baixa e transferência	433
17.7 Subvenções governamentais relacionadas a ativos biológicos	434
17.8 Divulgações	434
Capítulo 18	
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS	437
18.1 Normas aplicáveis	437
18.1.1 O método da equivalência patrimonial	438
18.1.2 Finalidade da equivalência patrimonial	438
18.1.3 Cessação da aplicação do método da equivalência patrimonial	439
18.1.4 Mudança na participação societária	440

18.1.5 Percentual de participação no capital social	440
18.2 Reconhecimento dos investimentos	441
18.2.1 Reconhecimento inicial	441
18.2.2 Investimento em sociedade controlada	442
18.2.3 Investimento em sociedade coligada	443
18.2.4 Sociedades integrantes de grupo societário	444
18.2.5 Sociedades sob controle comum	444
18.2.6 Empreendimentos controlados em conjunto	445
18.2.7 Filiais e sucursais	445
18.3 Mensuração	446
18.3.1 Custo de aquisição	446
18.3.2 Mensuração pelo valor justo	447
18.3.3 Investimento destinado à venda	448
18.3.4 Perdas por redução do valor recuperável	449
18.3.5 Investida com patrimônio líquido negativo	450
18.4 Desdobramento do custo de aquisição	451
18.4.1 Valor patrimonial	451
18.4.2 Mais-valia	452
18.4.3 Ágio por rentabilidade futura	453
18.5 Reconhecimento do resultado de equivalência patrimonial	453
18.5.1 Equivalência sobre resultados da investida	455
18.5.2 Equivalência sobre “outros resultados abrangentes”	456
18.5.3 Custos de captação de recursos próprios	457
18.5.4 Despesas decorrentes de pagamentos baseados em ações	458
18.5.5 Transações de capital	458
18.5.6 Direitos especiais sobre dividendos	459
18.5.7 Ações em tesouraria	459
18.5.8 Valores reconhecidos como reservas de capital da investida	460
18.5.9 Ajustes de exercícios anteriores	461
18.5.10 Participações recíprocas	461
18.6 Lucros não realizados	462
18.6.1 O duplo dever de eliminação	464

18.6.2 Operações descendentes	465
18.6.3 Operações ascendentes	466
18.6.4 Contabilização	467
18.6.5 Eliminação de perdas	468
18.7 Dividendos propostos	468
18.8 Investimentos no exterior	469
18.9 Variação de percentual de participação societária	470
18.10 Perda do controle	470
18.11 Negócios em conjunto	471
18.12 Divulgações	473
Capítulo 19	
ATIVOS NÃO CIRCULANTES DESTINADOS À VENDA OU DISTRIBUIÇÃO AOS PROPRIETÁRIOS	475
19.1 Conceito	475
19.1.1 Âmbito de incidência das normas	475
19.1.2 Obrigatoriedade da reclassificação	476
19.1.3 Consequências da reclassificação	477
19.1.4 Exceção	477
19.2 Condições de reclassificação	478
19.2.1 Venda ordenada	478
19.2.2 Distribuição aos acionistas	479
19.3 Plano de venda	480
19.3.1 Disponibilidade para venda	480
19.3.2 Prazo de concretização e novo plano	481
19.4 Mensuração	483
19.4.1 Reconhecimento inicial	484
19.4.2 Reversão da transferência	485
19.4.3 Depreciação e amortização	485
19.4.4 Perda do valor recuperável	486
19.4.5 Ativos abandonados	486
19.4.6 Investimentos sujeitos ao método da equivalência patrimonial	487



19.4.7 Passivos vinculados	488
19.4.8 Reestruturações	488
19.5 Divulgação	489
19.5.1 Operações descontinuadas	489
19.5.2 Eventos subsequentes	490
 Capítulo 20	
PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTOS	491
20.1 Conceito e função	491
20.1.1 Tipologia	491
20.1.2 Fluxos de caixa específicos	493
20.2 Reconhecimento	493
20.2.1 Propriedade para investimento mantida por arrendatário	494
20.2.2 Mudança de destinação	494
20.3 Bases de mensuração	495
20.3.1 Formação do custo de aquisição	496
20.3.2 Acréscimos financeiros e valor presente	496
20.3.3 Valor justo	497
20.3.4 Efeitos nos resultados	499
20.4 Propriedade mantida para venda	500
20.5 Imóveis objetos de contratos de arrendamento	501
20.6 Depreciação e perda do valor recuperável	501
20.6.1 Regras sobre depreciação	501
20.6.2 Perda do valor recuperável	502
20.7 Permuta	503
20.8 Divulgações	503
 Capítulo 21	
ARRENDAMENTOS	505
21.1 Normas aplicáveis	505
21.1.1 Conceitos fundamentais	505
21.1.2 Caracterização do contrato sujeito ao CPC 06	507

21.1.3 Classificação dos tipos de arrendamento	508
21.1.4 Isenção de reconhecimento	510
21.2 Prazo do arrendamento	511
21.2.1 Quem estabelece o prazo do arrendamento	511
21.2.2 Início e fim do prazo do contrato	512
21.2.3 Revisão do prazo	512
21.3 Mensuração sob a perspectiva do arrendatário	513
21.3.1 Mensuração do direito de uso	513
21.3.2 Cálculo do passivo de arrendamento	514
21.3.3 Mensuração após o reconhecimento inicial	514
21.3.4 Revisão e reclassificação	515
21.4 Efeitos patrimoniais para o arrendador	516
21.4.1 Arrendamento operacional	516
21.4.2 Arrendamento financeiro	516
21.5 Reconhecimento da receita	517
21.5.1 Arrendamento financeiro	517
21.5.2 Arrendamento operacional	519
21.5.3 Subarrendamento	519
21.6 Depreciação, amortização e perda do valor recuperável	520
21.6.1 Depreciação sobre o direito de uso	520
21.6.2 Depreciação sob a perspectiva do arrendante	521
21.6.3 Perda do valor recuperável	522
21.7 Apropriação de juros derivados do valor presente	522
21.8 Operação de <i>sale and leaseback</i>	522
21.8.1 A transferência do ativo é uma venda	523
21.8.2 A transferência do ativo não é uma venda	525
21.9 Arrendamento e parceria rural	525
21.10 Bens recebidos em comodato	526
21.11 Arrendamento e propriedade para investimento	527

Capítulo 22	
ATIVOS CONTINGENTES	529
22.1 Conceito e origem	529
22.1.1 Os fatos qualificados como ativos contingentes	530
22.1.2 Incerteza inerente e direito adquirido	531
22.2 Reconhecimento	532
22.2.1 O significado da expressão “ganho praticamente certo”	533
22.2.2 Controle do ativo contingente	534
22.2.3 Ativo contingente e “coisa julgada”	536
22.2.4 Conservadorismo	537
22.3 Benefícios econômicos dos ativos contingentes	537
22.3.1 Ativo contingente sob a forma de depósito judicial	538
22.3.2 Ativo contingente derivado de contrato	538
22.3.3 Contraprestação contingente a receber	539
22.4 Mensuração de ativos contingentes	539
22.5 Divulgação	539
Capítulo 23	
PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	541
23.1 Conceito e normas aplicáveis	541
23.1.1 Obrigações e fatos contábeis	542
23.1.2 Fontes das obrigações	543
23.1.3 Relações com outras contas	544
23.1.4 Obrigações não contabilizáveis	545
23.2 Condições de reconhecimento dos passivos	545
23.2.1 Obrigação presente	546
23.2.2 Obrigação existente	548
23.2.3 Obrigações decorrentes de eventos passados	549
23.2.4 Probabilidade de saída de recursos	550
23.2.5 Obrigação condicional e incondicional	550
23.2.6 A identificação do credor	551
23.3 Tipologia	552

23.3.1 Passivo financeiro	552
23.3.2 Passivo monetário e não monetário	553
23.3.3 <i>Accruals</i>	553
23.3.4 Obrigação legal	554
23.3.5 Obrigações não formalizadas	555
23.3.6 Obrigação reembolsável	556
23.3.7 Passivo de contrato e receitas diferidas	556
23.3.8 Obrigações decorrentes de contrato executório	557
23.3.9 Obrigações derivadas de contrato oneroso	558
23.3.10 Adiantamentos recebidos	559
23.3.11 Duplicatas descontadas	559
23.3.12 Risco sacado ( <i>forfait</i> )	560
23.3.13 Debêntures	561
23.4 Cessão de obrigações	562
23.5 Incapacidade de cumprir obrigações	562
23.6 Mensuração das obrigações	563
23.6.1 Valor presente	563
23.6.2 Empréstimos e financiamentos e custos de captação	564
23.7 Obrigações sujeitas a quitação em instrumentos patrimoniais	565
23.8 Obrigações de caráter tributário	565
23.9 Dividendos a pagar	566
23.9.1 Reconhecimento da obrigação	568
23.9.2 Fontes de distribuição dos dividendos	569
23.10 Extinção das obrigações	570
23.10.1 Remissão condicional de dívidas	571
23.11 Divulgação	572
23.12 Quebra de acordos ( <i>covenants</i> )	573
 Capítulo 24	
PROVISÕES: RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO	575
24.1 Conceito e condições de reconhecimento	575
24.1.1 Mutação semântica do termo “provisão”	576

24.1.2	Contabilização	577
24.1.3	O caso especial do “passivo de arrendamento”	577
24.1.4	Provisão e prognósticos de perdas	578
24.2	Reconhecimento inicial	579
24.2.1	Nascimento da obrigação	580
24.2.2	Saída de recursos	582
24.2.3	Estimativa confiável e subjetivismo	582
24.3	Tipologia	584
24.3.1	Provisões técnicas	584
24.3.2	Provisão para gastos com reestruturação	585
24.3.3	Provisão para garantias de produtos	586
24.3.4	Provisões para desmontagem ou restauração	587
24.3.5	Intervenção no meio ambiente e descomissionamento de ativos	588
24.3.6	Provisão para perdas operacionais futuras	589
24.3.7	Provisão para imposto de renda	589
24.3.8	Provisões para controvérsias tributárias	590
24.3.9	Parcelamentos tributários rescindíveis	592
24.3.10	Incentivos fiscais condicionais	593
24.4	Mensuração das provisões	594
24.4.1	Melhor estimativa	594
24.4.2	Ajustes subsequentes	596
24.4.3	Valor presente	597
24.4.4	Provisões em caso de alteração na legislação	597
24.5	Efeitos fiscais	598
24.6	Baixa dos valores constantes do passivo	598
24.7	Efeito no resultado	599
24.8	Divulgações	599
Capítulo 25		
PASSIVOS CONTINGENTES		601
25.1	Normas aplicáveis e características fundamentais	601
25.1.1	Caracterização	601

25.1.2 Subjetividade	602
25.2 Reconhecimento	603
25.2.1 Origens	604
25.3 Tipologia	605
25.3.1 Obrigação derivada de avais e fianças	605
25.3.2 Garantias reais por oneração de imóveis	607
25.3.3 Passivo contingente na aquisição de um negócio	607
25.4 Mensuração	608
25.5 Divulgação	608
 Capítulo 26	
RECEITAS E GANHOS	611
26.1 Conceito e características fundamentais	611
26.1.1 Ganhos	612
26.1.2 Receitas diferidas	613
26.1.3 Receita ganha, receita realizada e ingresso	613
26.1.4 Relações com as demais contas do balanço	617
26.1.5 Confronto entre receitas e despesas	618
26.2 Reconhecimento	619
26.2.1 Condições para reconhecimento	619
26.2.2 Receitas decorrentes da valorização de ativos	621
26.2.3 Fatos contingentes	622
26.3 Fontes das receitas	622
26.3.1 Troca de bens	623
26.3.2 Superveniências ativas	623
26.3.3 Receita decorrente da assunção de obrigação	624
26.3.4 Assinaturas e mensalidades	625
26.3.5 Atos de liberalidade e subvenções	625
26.3.6 Aquisição de propriedade imóvel por acessão e usucapião	626
26.3.7 Redução de passivos	626
26.3.8 Ganhos na aquisição de bens	628
26.3.9 Indenizações	629

26.3.10 Recuperação de despesas	629
26.3.11 Receitas financeiras	630
26.3.12 Variações cambiais	631
26.3.13 Arras contratuais em caso de arrependimento	632
26.3.14 Quebra de contrato	632
26.4 Troca ou permuta	633
26.5 Contratos de concessão	635
Capítulo 27	
CUSTOS E DESPESAS	637
27.1 Conceitos e características gerais	637
27.1.1 Classificação	638
27.1.2 Origem das despesas	639
27.1.3 Recorrência e incidentalidade	640
27.1.4 Pertinência e proibição de liberalidades	641
27.1.5 Fatos lícitos e ilícitos	643
27.2 Reconhecimento	644
27.3 Tipologia	645
27.3.1 Custos	645
27.3.2 Gastos ou dispêndios	647
27.3.3 Perdas	648
27.3.4 Despesas antecipadas	650
27.4 Regime de competência	650
27.4.1 Despesa incorrida	651
27.4.2 Correspondência com receitas	652
27.5 Despesas contabilizadas no patrimônio líquido	653
27.5.1 Outros resultados abrangentes	653
27.5.2 Custos de captação de instrumentos patrimoniais	654
27.5.3 Despesas pagas em ações	655
27.5.4 Transações de capital	655
27.6 Evidenciação e divulgação das despesas	656

Capítulo 28	
RECEITA DE CONTRATO COM CLIENTE	659
28.1 Normas aplicáveis	659
28.1.1 Conceito de cliente	660
28.1.2 Bens e serviços decorrentes do curso normal dos negócios	660
28.2 Interpretação de fatos e normas no modelo dos cinco passos	661
28.2.1 Aprovação do contrato	662
28.2.2 Identificação dos direitos e obrigações das partes	663
28.2.3 Pagamentos	664
28.2.4 A substância comercial do contrato	665
28.2.5 Provável recebimento da contraprestação	666
28.2.6 Dever de reavaliar o cumprimento dos requisitos	666
28.2.7 Contratos coligados ou combinados	666
28.2.8 Modificação nos contratos	667
28.3 Reconhecimento da receita	668
28.3.1 O cumprimento das obrigações de <i>performance</i>	669
28.3.2 A transferência do controle	672
28.3.3 Transferência de controle ao longo do tempo	673
28.3.4 Venda vinculada a contrato de arrendamento financeiro	674
28.3.5 Contrato de compra e venda de imóvel na planta	674
28.3.6 Venda em consignação	675
28.3.7 Faturamento antecipado e venda para entrega futura	676
28.3.8 Venda de bens futuros	677
28.4 Alocação de receitas com base no preço individual	678
28.4.1 Necessidade de identificação da obrigação	678
28.4.2 Natureza das obrigações assumidas	679
28.5 Serviço de custódia	680
28.6 Direito à contraprestação	681
28.6.1 Ativos de contrato	682
28.6.2 Recebíveis	683
28.6.3 Recebimento antecipado e quebra de contrato	683
28.7 Mensuração de receitas em contratos com clientes	684



28.7.1	Contraprestação variável	685
28.7.2	Métodos de cálculo do valor variável	686
28.7.3	Descontos e abatimentos	687
28.7.4	O cumprimento das obrigações ao longo do tempo	687
28.7.5	Equilíbrio económico e contrato oneroso	688
28.7.6	Varição cambial	689
28.7.7	Mensuração em caso de venda sujeita a devolução	690
28.7.8	Descontos em futuras compras	690
28.7.9	Valor presente	691
28.7.10	Contraprestação em caso de garantia adicional	692
28.7.11	Indenização	693
28.8	Recebimento de contraprestação não monetária	693
28.9	Venda de bens e serviços por intermédio de agentes	693
28.10	Contraprestação a pagar ao cliente	694
28.11	Custos incrementais	695
28.12	Perda do valor recuperável	695
28.13	Divulgação de informações	696
Capítulo 29		
	SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIA GOVERNAMENTAIS	699
29.1	Conceito e finalidade das subvenções	699
29.1.1	Modalidades de subvenções	700
29.1.2	Fundamento do registro como receita	701
29.2	Subvenções	701
29.2.1	Aspectos gerais das subvenções governamentais	702
29.2.2	Isenções tributárias	702
29.2.3	Subsídio em empréstimos	704
29.2.4	Juros sobre tributos	704
29.2.5	Subvenções sob a forma de seguros rurais	705
29.2.6	Doações do poder público	705
29.2.7	Subvenções em caso de outorga de licenças	706
29.3	Incentivos relacionados ao imposto de renda	706

29.4 Subvenções e doações de particulares	707
29.5 Reconhecimento	707
29.5.1 Reconhecimento da receita em bases sistemáticas	709
29.5.2 Reconhecimento da receita por ocasião do recebimento	710
29.5.3 Subvenções com subsídios de empréstimos	710
29.6 Mensuração	710
29.7 Formação de reserva de incentivos fiscais	711
29.8 Apresentação da subvenção no balanço patrimonial	712
 Capítulo 30	
PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES	713
30.1 Normas aplicáveis	713
30.1.1 Normas contábeis e normas de direito societário	714
30.1.2 As origens das obrigações	716
30.2 Reconhecimento	716
30.3 Mensuração	718
30.3.1 Ações a serem entregues	718
30.3.2 Opções de compra de ações	719
30.3.3 Ajustes após o reconhecimento inicial	721
30.3.4 Instrumento financeiro composto	722
30.3.5 Pagamento feito em favor de outra entidade	722
30.4 Imposto de renda na fonte e encargos previdenciários	723
30.5 Tributos diferidos	723
 Capítulo 31	
BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	725
31.1. Aspectos gerais	725
31.2 Reconhecimento	726
31.2.1 Planos de contribuições definidas	726
31.2.2 Planos de benefícios definidos	727
31.2.3 Assistência médica pós-emprego	728
31.3 Participação nos lucros	728

31.4 Licença remunerada	729
31.5 Seguros de vida e seguros de benefícios	730
31.6 Ganhos e perdas	731
31.6.1 Ajustes atuariais	731
31.6.2 Ganhos e perdas na liquidação	731
31.7 Bônus de contratação	732
31.8 Outros benefícios de longo prazo	732
 Capítulo 32	
TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	733
32.1 Âmbito de aplicação das normas do CPC 32	733
32.1.1 Tributos diferidos e diferenças temporárias	734
32.1.2 Origem e tipologia das diferenças temporárias	734
32.1.3 Mensuração e alíquota aplicável	736
32.2 Despesa e receita com tributos sobre o lucro	736
32.2.1 Ativo diferido	737
32.2.2 Passivo diferido	738
32.2.3 Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal	741
32.2.4 Valores contabilizados como outros resultados abrangentes	742
32.2.5 Outras cifras contabilizadas no patrimônio líquido	742
32.2.6 Compensação de saldos	743
32.2.7 Valor presente	744
32.2.8 Perda do valor recuperável	744
32.2.9 Combinação de negócios	745
32.3 Tratamentos fiscais incertos	745
32.4 Mudança de alíquotas e outros eventos	747
 Capítulo 33	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	749
33.1 Conteúdo e conceito	749
33.1.1 Relações com outras contas	749
33.1.2 Alterabilidade	750
33.1.3 Funções do patrimônio líquido	751

33.1.4 Patrimônio líquido negativo	752
33.1.5 Mensuração do patrimônio líquido	752
33.2 Capital social	753
33.2.1 Funções do capital social	753
33.2.2 Subscrição e integralização	754
33.2.3 Capital autorizado	756
33.3 Aumento do valor do capital social	756
33.3.1 Adiantamento para futuro aumento de capital	757
33.3.2 Custos de captação	757
33.4 Redução do capital social	758
33.4.1 Reconhecimento da obrigação	759
33.4.2 Mensuração dos ativos a serem entregues	760
33.5 Reservas de lucros	760
33.5.1 Reserva legal	761
33.5.2 Reservas estatutárias	762
33.5.3 Reserva para contingências	763
33.5.4 Retenção de lucros	766
33.5.5 Reserva de lucros a realizar	766
33.5.6 Reserva especial prevista no § 5º do art. 202 da Lei n. 6.404/76	768
33.5.7 Reserva de incentivos fiscais, subvenções e doações	769
33.6 Reserva de reavaliação	769
33.7 Reservas de capital	770
33.7.1 Reserva de ágio na emissão de ações	770
33.7.2 Produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição	773
33.8 Lucros ou prejuízos acumulados	773
33.8.1 Ajustes de exercícios anteriores	775
33.9 Ações ou quotas em tesouraria	775
33.10 Transações de capital	776
33.11 Ajustes de avaliação patrimonial ou “outros resultados abrangentes”	777
33.12 Opções outorgadas reconhecidas	779
33.13 Ajustes acumulados de conversão	780
33.14 Ágio interno e pagamentos em ações	780

Capítulo 34	
EVENTOS SUBSEQUENTES	783
34.1 Conceito e normas aplicáveis	783
34.1.1 Finalidade das normas	784
34.1.2 Período para caracterização dos eventos subsequentes	784
34.1.3 Problemas de continuidade	785
34.2 Possíveis origens dos eventos subsequentes	786
34.2.1 Eventos subsequentes não são transações subsequentes	787
34.2.2 Alteração de alíquotas de tributos sobre o lucro	787
34.3 Tipologia dos fatos que demandam ajustes contábeis	788
34.3.1 Decisão ou pagamento em processo judicial	788
34.3.2 Ocorrência de perda por desvalorização de ativos	789
34.3.3 Determinação do custo de ativos adquiridos	790
34.3.4 Atribuição de participações nos lucros ou gratificações	790
34.3.5 Descoberta de erros ou fraude	791
34.4 Fatos que demandam apenas divulgação adicional	791
34.5 Normas de auditoria	793
Capítulo 35	
COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS	795
35.1 Conceito e normas aplicáveis	795
35.1.1 Método de aquisição	796
35.1.2 Elementos fundamentais	798
35.1.3 Negócio	798
35.1.4 Mudança do controle	800
35.1.5 Identificação da adquirente	801
35.2 Formas de aquisição de um negócio	803
35.2.1 Aquisição de participação societária	804
35.2.2 Aquisição de um conjunto de bens	805
35.3 Reconhecimento inicial	806
35.3.1 Data do reconhecimento	808
35.3.2 Reclassificações	809

35.3.3 Identificação dos ativos adquiridos	809
35.3.4 Passivos	810
35.3.5 Relacionamentos preexistentes	811
35.4 Mensuração dos ativos líquidos	811
35.5 Alocação do custo de aquisição	813
35.5.1 Valor patrimonial da participação societária	814
35.5.2 Mais-valia	815
35.6 Ágio por rentabilidade futura	817
35.6.1 O conceito de ágio por rentabilidade futura	818
35.6.2 Ativos intangíveis reconhecidos separadamente	819
35.6.3 Benefícios econômicos inerentes	822
35.6.4 Diferentes fórmulas de cálculo do ágio	825
35.6.5 Aquisição em estágios	827
35.6.6 Aquisição de participação adicional	827
35.6.7 Ágio na aquisição de controle sem pagamento	828
35.6.8 Amortização	829
35.6.9 Baixa do ágio	830
35.6.10 Perda do valor recuperável	831
35.6.11 Ágio nas demonstrações contábeis consolidadas	831
35.7 O ágio interno	832
35.7.1 Validade do ágio interno	834
35.7.2 Fundamento econômico do ágio interno	837
35.7.3 A contabilização	838
35.8 Ganho por compra vantajosa ou deságio	841
35.9 Valor da contraprestação a ser transferida	844
35.9.1 Valores provisórios e período de ajustes	845
35.9.2 Parcela contingente da contraprestação a pagar	846
35.9.3 Obrigação decorrente de operação separada	847
35.9.4 Pagamento e conta garantida	848
35.9.5 Ativo de indenização	849
35.10 Efeitos contábeis na entidade vendedora	850
35.11 Cálculo do valor da participação de não controladores	851

35.12 Tributos diferidos sobre os lucros	851
35.13 Divulgação	854
Capítulo 36	
INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO DE SOCIEDADES	855
36.1 Características e elementos fundamentais	855
36.1.1 Necessidade de elaboração de demonstrações contábeis	857
36.1.2 Adoção do valor de mercado ou valor contábil	857
36.1.3 Normas contábeis aplicáveis	859
36.1.4 Necessidade de revisão de estimativas	861
36.2 Incorporação de sociedade	862
36.2.1 Partes independentes	864
36.2.2 A incorporadora é acionista da incorporada	866
36.2.3 Incorporação reversa	869
36.3 Fusão	870
36.4 Cisão	871
36.5 Incorporação de ações	872
36.6 Troca de ações ou quotas	873
Capítulo 37	
APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	875
37.1 Apresentação das demonstrações contábeis	875
37.1.1 Finalidades das demonstrações contábeis	875
37.1.2 Divulgação como dever legal de informar	877
37.1.3 Prestação de contas	878
37.1.4 Proibição de ocultar informações	878
37.1.5 O dever de divulgação completa ( <i>full disclosure</i> )	879
37.1.6 Dever de probidade informacional	880
37.1.7 Divulgação de informações e empatia	881
37.2 Dever de veracidade	882
37.3 Evidenciação	883
37.3.1 Detalhamento	883

37.3.2 Classificação e agregação	884
37.4 Informações sobre medidas <i>non-GAAP</i>	884
37.5 Os canais da divulgação	885
Capítulo 38	
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS E FACULTATIVAS	887
38.1 Demonstrações financeiras e demonstrações contábeis	887
38.1.1 Conteúdo das demonstrações contábeis	887
38.1.2 Responsabilidade pela elaboração	888
38.2 Tipologia das demonstrações contábeis	889
38.2.1 Demonstrações contábeis individuais	889
38.2.2 Balanço intermediário	890
38.2.3 Demonstrações separadas	891
38.2.4 Demonstrações contábeis consolidadas	891
38.2.5 Demonstrações contábeis combinadas	893
38.2.6 Demonstrações contábeis <i>pro forma</i>	894
38.3 Balanços especiais	895
38.3.1 Balanço de abertura	895
38.3.2 Balanço de liquidação	896
38.3.3 Balanço para apuração de haveres	896
38.3.4 Balanços em casos de incorporação, fusão e cisão	897
38.4 Demonstração do resultado do exercício	899
38.4.1 Cálculo das participações nos lucros	899
38.5 Demonstração do resultado abrangente	900
38.6 Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados	901
38.7 Demonstração dos fluxos de caixa	902
38.8 Demonstração do valor adicionado	903
38.9 Notas explicativas	904
38.9.1 Conteúdo das notas explicativas	904
38.9.2 Relevância e completude	906
38.9.3 Declaração de conformidade	906
38.9.4 Fontes de incertezas nas estimativas	907



38.9.5 Negócios com partes relacionadas	907
38.9.6 Informações por segmento	910
38.9.7 Operações descontinuadas	910
38.9.8 Resultado por ação	911
38.10 Relatório da administração	911
Capítulo 39	
APROVAÇÃO OU REJEIÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	913
39.1 Mandamento legal sobre a deliberação dos acionistas	913
39.1.1 Aprovação de balanços intermediários e especiais	914
39.2 Responsabilidade dos diversos órgãos	914
39.2.1 Responsabilidade da diretoria	914
39.2.2 Responsabilidade do conselho de administração	916
39.2.3 Responsabilidade do conselho fiscal	916
39.2.4 Responsabilidade da assembleia-geral	918
39.2.5 Responsabilidade dos contabilistas	920
39.2.6 Responsabilidade do auditor independente	920
39.3 Efeitos jurídicos da aprovação ou rejeição do balanço	924
39.3.1 A exoneração da responsabilidade dos administradores	925
39.3.2 Aprovação das demonstrações contábeis com reserva	927
39.3.3 Rejeição das demonstrações contábeis	928
39.4 Republicação	928
Referências	931